



Uma das mais antigas fotografias da Igreja do Torne com um grupo de alunos (1888-1889?)

o Torne faz 150 anos (1868-2018)

O «Torne» era, há 150 anos, apenas o nome de um pequeno lugar, com dois ou três arruamentos, pouco mais de trinta casas e um pouco acima da centena de moradores. O próprio nome era novo e inseguro; poucas décadas antes chamava-se «tornete» ou «torna-meeiros» porque sendo então (como agora) divisória entre as freguesias de Santa Marinha e de Mafamude, os fregueses desobrigavam-se ora numa, ora noutra.

O sítio era algo afastado, tanto do bulício das ruas ribeirinhas, onde acostavam os barcos e o vinho do Douro, com outras mercadorias que chegavam aos armazéns; como da igreja matriz e dos aglomerados de São Cristóvão e Paço de Rei. O esparsos casario concentrava-se entre grandes quintas, como a da Belavista, e campos agrícolas, e o subsolo haveria de ser rasgado na década de 1870 por um túnel ferroviário... que nunca chegou a ser utilizado, pois a construção da ponte D. Maria levaria o comboio das Devesas ao Porto por outro percurso.

Na primavera de 1868, um jovem de vinte e três anos afadigava-se quase diariamente a inspecionar as obras de construção de um edifício situado num terreno elevado, sobranceiro ao caminho que dos altos do Padrão e de Santo Ovídeo baixava a General Torres e daí à ponte pênsil e à cidade do Porto. Chamava-se Diogo, ou melhor, tinha sido batizado como *James*, mas nascido no Porto e tendo vivido no país a maior parte da sua vida, compaginava a nacionalidade portuguesa com a inglesa dos seus pais e irmãos, e por isso era conhecido como Diogo ou James conforme se relacionasse com nacionais ou estrangeiros.

Diogo Cassels dirigia a indústria de estamperia da família, estabelecida em Paço de Rei, e parecia destinado à carreira dos negócios, talvez gozando, como tantas das famílias britânicas estabelecidas no Porto, de uma pacata vida burguesa, distribuída entre os jantares ou bailes da feitoria, as partidas de *cricket* ou ténis no clube e, naturalmente, o serviço religioso dominical na capela consular de *Saint James*, ao Palácio de Cristal. Mas não foi esse o caminho que Deus preparou para o jovem Diogo, nem certamente aquele que o seduzia.

Desde há meses, Diogo reunia em sua casa aos domingos à tarde pequenos grupos de oração, com «aula bíblica», usando a Escritura em vernáculo, e recitação da ladainha do Livro de Oração Comum anglicano. A assistência foi crescendo e ultrapassava já a centena de ouvintes, tendo de reduzir-se o número e tornar os encontros semiclandestinos, pois se a Carta Constitucional garantia alguma liberdade de cultos, com restrições, o Código Penal não admitia o proselitismo ou a propagação que não fosse católica-romana. À curiosidade dos vizinhos, sucediam-se as invetivas e ameaças de excomunhão, proferidas dos púlpitos paroquiais de Mafamude e Oliveira, e a desconfiança das autoridades.

Entretanto, Cassels convida um presbítero espanhol que dirigia uma igreja de rito episcopal em Lisboa, D. Ángel Herreros de Mora, a visitá-lo numa das reuniões e D. Ángel acede e celebra a eucaristia, nas duas espécies e segundo a liturgia da igreja inglesa. A situação torna-se explosiva e ameaçadora para Diogo... mas já então uma visão lhe inflamara a fé e o animara a algo inaudito: o jovem Cassels comprara um terreno, angariara fundos e... estava a edificar um templo cristão. Ali mesmo, no meio de Vila Nova, como se simbolicamente o caráter liminar do velho *tornete* fosse também o risco de quem ousa uma nova forma de cultuar e ser igreja.

Mas o cerco apertava... em junho Diogo é preso, acusado de proselitismo e desrespeito à religião do Estado. Nada que lhe tirasse o ânimo e o brilho que lhe incendiara a alma. A obra da capela avançou decididamente durante esse verão e o

edifício concluiu-se no outono, um vasto salão de planta retangular mas sem forma exterior de templo e cercado por um muro alto que impedia que se visse do exterior. No domingo 18 de outubro, a capela foi solenemente inaugurada com um culto dirigido pelo reverendo H. H. Richmond, pastor metodista em Gibraltar. Nas semanas seguintes os serviços continuaram em Inglês, pois o tempo aconselhava prudência, até porque em novembro, mês em que completou 24 anos de idade, Diogo Cassels foi julgado e condenado a seis anos de deportação. O processo arrastar-se-ia até 1869, com a absolvição de Cassels no Tribunal da Relação do Porto.

<http://www.igrejadotorne.org/index.php/notcias-mainmenu-2/711-torne-1868-2018-150-anos>



Quinta-feira, 20 de setembro, 18:15 horas

Sessão de inauguração da exposição **TORNE, um lugar na história**

Apresentação da reedição da obra

Diogo Cassels: a praxis ao serviço da fé, de Fernando Peixoto

Visita guiada à exposição

Sábado, 20 de outubro, 18:00 horas

Apresentação da reedição da obra

de Diogo Cassels **A Reforma em Portugal** (1908)

Encerramento da exposição

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner

R. do Conselheiro Veloso da Cruz 511, Vila Nova de Gaia | 223 742 400

PROGRAMA



A igreja e escola do Torne devem-se à visão, sonho e fé de um homem, Diogo (James) Cassels (1844-1923).

Enfrentando a incompreensão e as leis do seu tempo (que o levariam à prisão e a uma pena de deportação), ousou afirmar e praticar a fé que o animava e promover a educação, para que as crianças de Vila Nova de Gaia pudessem crescer como cidadãos mais livres e com maior possibilidade de decidir o seu destino, crença ou visão do mundo.

Em 1868 Diogo Cassels escolheu o pequeno lugar do Torne para edificar o primeiro templo cristão não católico-romano destinado a portugueses no nosso país e estabelecer uma escola, que formou muitas gerações de gaieiros nos valores do trabalho, integridade, fraternidade e justiça social.

O testemunho do Rev. Diogo Cassels, de amor ao próximo e dedicação aos mais fragilizados na sociedade, mantém-se vivo no Torne através da ação da Associação das Escolas do Torne e do Prado (IPSS) e da igreja de São João Evangelista.

Documento sobre o diálogo católico-anglicano sugere que as igrejas podem aprender uma com a outra



Primeiro relatório da
COMISSÃO
INTERNACIONAL
ANGLICANA-CATÓLICA
ROMANA em 13 anos
considera autoridade e
o papel dos leigos.
A Comissão oficial para
o diálogo entre as
igrejas Católica e

Anglicana publicou seu primeiro documento em 13 anos. O documento concentra-se em como as instituições globais podem aprender uma com a outra a equilibrar o exercício de autoridade eclesiástica nos níveis local, regional e mundial.

Entre as considerações do relatório de 68 páginas, publicado no dia 2 de julho, há questões sobre como a **Igreja Católica** pode aprender com a experiência anglicana para capacitar os líderes das igrejas locais de modo a agir de forma mais independente de Roma em algumas situações e dar mais autoridade a órgãos consultivos como o **Sínodo dos Bispos**.

A reportagem é de JOSHUA J. MCELWEE, publicada por *National Catholic Reporter*, 02-07-2018.

"A Igreja Católica Romana pode aprender com a cultura de debate franco e aberto que existe em todos os níveis na Comunhão Anglicana", afirmam os membros da Comissão Internacional Anglicana-Católica Romana numa das conclusões do documento, "*Walking Together on the Way: Learning to Be the Church – Local, Regional, Universal*" (CAMINHANDO JUNTOS NO CAMINHO: APRENDER A SER IGREJA – LOCAL, REGIONAL, UNIVERSAL).

"A prática anglicana de conceder um papel deliberativo aos sínodos e de dar autoridade a instrumentos regionais de comunhão indica que o Sínodo dos Bispos poderia ter um papel deliberativo e também sugere a necessidade de a Igreja Católica Romana articular a autoridade das conferências episcopais de forma mais clara", acrescenta o documento.

O documento ainda acrescenta que a Igreja Católica pode "aprender com a inclusão dos leigos nas estruturas de tomada de decisão em todos os níveis da vida anglicana".

Criada após a histórica reunião de 1966 entre o Papa Paulo VI e o arcebispo anglicano de Canterbury Michael Ramsey, a comissão começou seus trabalhos em 1970 e divulgou o primeiro documento um ano depois, sobre o entendimento das duas igrejas sobre a doutrina eucarística.

Desde então, uma gama de questões foi abordada, incluindo como as igrejas consideram questões de ordenação, autoridade e salvação. Seu último documento foi "Maria: Graça e Esperança em Cristo", de 2005, com um hiato desde então até 2010, depois que o Papa João Paulo II se posicionou contra a nomeação do bispo episcopal de New Hampshire, Gene Robinson, que é abertamente gay e depois também revelou estar em um relacionamento.

O novo documento, fruto de um acordo em uma reunião em Erfurt, na Alemanha, em 2017, publicado on-line de forma discreta na manhã do dia 2 de julho, faz parte do que a comissão considera a terceira fase do trabalho.

Os co-presidentes do grupo – Bernard Longley, arcebispo de Birmingham, Inglaterra, e David Moxon, arcebispo anglicano da Nova Zelândia, que acabou de encerrar seu mandato como representante do arcebispo de Canterbury junto à Santa Sé – dizem, no prefácio, que esta fase deve recuperar dois temas de longa data em relação ao diálogo: autoridade e eclesiologia da comunhão.

Longley e Moxon explicam que o documento analisa as estruturas que cada Igreja usa para manter sua comunhão global para ver "o quanto esses instrumentos... nos servem e mantém a unidade na diversidade que a comunhão implica".

"Esta tarefa requer uma avaliação franca: a coragem de olhar para nós mesmos de forma honesta e de aprender com o outro", afirmam.

Comparando estruturas de decisão e comunhão

O documento, que segundo a comissão deve iniciar uma discussão e não é uma "declaração autoritária" de nenhuma das igrejas, divide-se em seis capítulos. Três deles avaliam como cada igreja exerce autoridade nos níveis local, regional e mundial.

Um foco importante nessa avaliação é como as duas igrejas equilibram as decisões entre os níveis local e universal de diferentes maneiras.

Em um exemplo, o documento menciona que, na Comunhão Anglicana, as províncias locais podem decidir sobre a partilha da Eucaristia com outras igrejas da província, ao contrário da Igreja Católica, em que tais decisões seriam reservadas a Roma em nome de toda a Igreja.

"Essa diferença entre as duas tradições aponta para o núcleo de diferentes formas de compreensão e de estrutura entre a Igreja Católica e as igrejas da Comunhão Anglicana", afirma o relatório.

"Em partes, isso tem que ver com diferentes entendimentos sobre como a igreja vai adiante na unidade, na missão e na verdade", acrescenta. "A questão em causa é o equilíbrio entre a capacidade de responder às exigências dos contextos específicos e a necessidade de se mover em conjunto".

O documento também avalia as tensões na prática da comunhão dentro de cada igreja e, por vezes, apresenta as perspectivas anglicana e católica em colunas separadas, para deixar claro quando cada igreja fala sobre sua própria experiência.

As tensões identificadas pelos membros católicos da comissão são abrangentes. Uma "área de dificuldade" mencionada é o conceito de que os bispos católicos mundiais podem agir de forma autoritária em conjunto mesmo quando não estão reunidos em concílio.

"Na carta apostólica do Papa João Paulo II Ordinatio Sacerdotalis e na sua encíclica Evangelium Vitae, faz-se um apelo sobre essa doutrina vinculativa", declaram os membros católicos da comissão, referindo-se à reafirmação de 1994 da proibição da ordenação de sacerdotisas na Igreja Católica e o documento de 1995 que trata de questões como o aborto e a eutanásia.

"No entanto, não houve nenhum ato que marcasse o consentimento explícito dos bispos a essa suposta doutrina", acrescentam. "Por isso, nem os bispos nem os leigos podem reconhecer quais doutrinas requerem aprovação até que sejam proclamadas como vinculativas pelo Papa... ou por um concílio ecumênico".

Os membros católicos da comissão também discutem os poderes que o papa tem exercido nas últimas décadas, dizendo que o uso de uma autoridade como essa "pode... parecer estar distante demais da realidade pastoral das igrejas locais".

"O Papa Francisco tem observado uma tendência dos bispos de manter a deferência a Roma muito prontamente, ao invés de exercer a própria autoridade", afirmam. "A autoridade que toma decisões exercida por Roma (particularmente em relação a nomeações episcopais) e seu poder de censura, pode deixar tanto os bispos como as conferências episcopais reticentes e constrangidos ao exercer a autoridade que lhes cabe".

Depois, os membros católicos consideram o quanto o "instinto de unidade e participação no todo maior" da Igreja às vezes pode levar à suposição de que "a igreja toda precisa se movimentar como uma em relação a tudo e, consequentemente, até mesmo diferenças culturais e regionais legítimas são suprimidas".

"Embora haja tensões conhecidas na Comunhão Anglicana, a Igreja Católica pode aprender com a prática da anglicana de diversidade provincial e, portanto, o reconhecimento de que em algumas questões diferentes partes da comunhão podem ter discernimentos diferentes, com base na adequação cultural e contextual".

Avaliando a unidade na Igreja Católica

Os membros anglicanos elogiam o que chamam "compromisso de unidade" da Igreja Católica e sugerem que sua comunhão se baseie nas práticas católicas de ter um calendário comum dos santos, desenvolver um catecismo da doutrina no mundo todo e ter um único código de direito canônico.

"Apesar da hesitação da Igreja Anglicana em modificar a autonomia provincial, existe uma vontade de ter uma identidade mundial e um compromisso que exige uma expressão mais profunda na vida da comunhão", afirmam.

Os membros anglicanos também elogiam o processo de 2014 e 2015 do Sínodo dos Bispos Católicos a respeito das questões da vida familiar, dizendo que as reuniões de prelados católicos no mundo todo que resultaram na exortação apostólica de 2016, Amoris laetitia, foram "observadas com cuidado" pelos anglicanos.

Eles afirmam que o facto de Francisco "incentivar a subsidiariedade na determinação de questões pastorais de divisão podem ser... algo que podem aprender".

Os membros católicos então reconhecem que modelos anglicanos "podem servir como base para que o sínodo deixe de ser uma entidade apenas consultiva e seja um órgão deliberativo, o que está previsto no Código de Direito Canônico".

Na conclusão, a comissão volta a afirmar que a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica Romana podem aprender com a experiência uma da outra.

"Acreditamos que os anglicanos podem aprender com as estruturas e os procedimentos da Igreja Católica que se desenvolveram a serviço da unidade em níveis trans-local e universal", afirmam.

"Também acreditamos que os católicos podem aprender com as estruturas e procedimentos anglicanos que se desenvolveram para assegurar a consulta e deliberação em níveis local e trans-local", acrescentam.

"Em ambos os casos, é preciso que haja uma compreensão mais rica do papel dos leigos como os que, através do batismo, participam plenamente do papel triplo de Cristo como profeta, sacerdote e rei", afirmam.

Além dos copresidentes, a Comissão Internacional Anglicana-Católica Romana tem 16 membros, oito de cada tradição.

Entre os membros católicos, estão: o bispo auxiliar de Boston, Arthur Kennedy, o bispo auxiliar de São Francisco, Robert Christian, e a Irmã da Sociedade da Criança Sagrada Jesus Teresa Okure, teóloga do Instituto Católico da África Ocidental.

Entre os membros anglicanos, estão: a bispa de Huron, no Canadá, Linda Nicholls, o bispo de Mthatha, na África do Sul, Nkosinathi Ndwandwe, e o Rev. Michael Nai-Chiu Poon, teólogo da Faculdade de Teologia da Trinity College em Singapura.

O grupo afirma que suas próximas discussões serão sobre como as duas igrejas discernem a doutrina ética e correta.

memória

1917 – a *Porta do Inferno*, de Rodin



La Porte de l'Enfer [A *Porta do Inferno*] ocupa um lugar muito particular na obra do escultor francês AUGUSTE RODIN (1840-1917). Considerada como uma resposta do artista às doutrinas de Freud, a monumental obra inacabada de Rodin, que nela trabalhou durante quatro décadas, foi apresentada ao público só em 1917 e graças à persistência de Léonce Bénédite, primeiro conservador do Museu Rodin, que o convenceu a permitir a

fundição em bronze desta peça sobre as paixões e os sentimentos humanos, com cerca de 200 figuras de diversas dimensões. O escultor morreu antes de ver o resultado da sua obra-prima, inspirada no «Inferno» de Dante e em «A metamorfose» de Ovídio, mas também segundo os especialistas na obra de BaudelaireL «As flores do mal». A mais conhecida obra de Rodin – O pensador – terá sido originalmente concebida para encimar a *Porta do Inferno*. No centenário da morte do artista que revolucionou a escultura do século XIX, como asseveram os entendidos, a obra de Rodin permanece como fonte inesgotável da admiração e encanto.